

GABINETE DO PREFEITO

Cnpj: 01.310.499/0001-04 - Email: gabinete@claudia.mt.gov.br Av. Gaspar Dutra, s/n - Cep: 78540-000 - Fone: (0xx66) 3546-3100 - Cláudia/MT

LEI Nº 1.080, DE 05 DE AGOSTO DE 2024

Autor: Poder Executivo

Altera o Programa Incubadora de Empresas e Fomento ao Empreendedorismo Dirigido no Município de Cláudia - PROINEC, revoga a Lei nº 1.000/2023 que o instituiu e dá outras providências.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal soberanamente aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Esta Lei promove alterações no Programa Incubadora de Empresas e Fomento ao Empreendedorismo Dirigido, no Município de Cláudia PROINEC, instituído pela Lei nº 1.000, de 24 de maio de 2023, ora revogada, mantém a modelagem original e muda a forma de outorga de sem ônus para outorga onerosa.
- **Art. 2º** O Programa Incubadora de Empresas e Fomento ao Empreendedorismo Dirigido PROINEC visa confluir ações governamentais de fomento focadas nos ramos empresariais cuja oferta de produtos e serviços seja deficitária no Município.
 - **Art. 3°** O PROINEC tem por objetivos preponderantes:
 - I Estimular a geração de emprego e renda;
 - II Fomentar o empreendedorismo empresarial e familiar;
- III Atrair a instalação ou ampliação de microempresas, empresas de pequeno porte e o micro empreendedor individual empresarial;
- IV Atingir o equilíbrio entre a procura e a oferta de produtos e serviços de uso comum, com o propósito de reduzir a necessidade de a população local recorrer às cidades vizinhas para satisfação de necessidades básicas e corriqueiras.
- **Art. 4º** Para a implantação da primeira etapa do PROINEC, fica o Poder Executivo autorizado a outorgar a concessão administrava de uso, de forma onerosa, e sob condições, de 03 (três) barracões pré-moldados, edificados



dur

Página 1







aos fundos do pátio da Garagem Municipal Vinícius Kürten, sentido oeste da Avenida Brasil/Estrada Municipal Joani, cujas descrições pormenorizadas serão assentadas nos respectivos contratos de outorga.

- **§ 1º** Os imóveis de que trata o *caput* do artigo são do tipo bem público dominical e desafetado, ou seja, não possuem destinação pública determinada.
- § 2º A concessão administrativa do bem público referida no caput deste artigo será outorgada à pessoa jurídica microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, cujo(s) titular(es) tenha(m) residência comprovada no Município de, no mínimo, 1 (um) ano.
- **Art. 5º** Cada barração será concedido a um(a) único(o) empreendedor/empresa que atender as condições do Termo de Referência e do Edital, e ofertar o maior valor de outorga, e destinado a cada um dos seguintes ramos de atividades:
 - I Marcenaria;
 - II Serralheria; e
- III Oficina mecânica de manutenção de cilindros e bombas hidráulicas.
- **Art. 6º** Presente a conveniência da Administração, baseada no interesse público em dar serventia e utilidade aos ociosos barracões referidos no art. 4º desta Lei, a concessão administrativa de uso autorizada por esta Lei será outorgada por meio de pregão, do tipo negativo, e formalizada por contrato administrativo, em sintonia com o disposto no item 1º, do art. 121, da Lei Orgânica do Município de Cláudia, combinado com o inc. IV, do art. 2º e inc. XLI, do art. 6º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, ainda, com os artigos 47 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. O pregão de que trata o *caput* do artigo será realizado em modo presencial, conforme permissão do inc. II, do art. 176, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 7º A concessão administrativa de uso de que trata esta Lei será outorgada pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada, renovada ou rescindida, conforme interesse das partes, conveniência da Administração sob a égide do interesse público, ou por







GABINETE DO PREFEITO

Cnpj: 01.310.499/0001-04 - Email: gabinete@claudia.mt.gov.br Av. Gaspar Dutra, s/n - Cep: 78540-000 - Fone: (0xx66) 3546-3100 - Cláudia/MT

inadimplemento de obrigações e compromissos, garantida a ampla defesa e o direito ao contraditório.

- **Art. 8º** A outorga prevista nesta Lei tem o lance mínimo estipulado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para os 5 (cinco) anos de vigência, e será declarado vencedor o interessado que oferecer o maior valor inicial no processo de licitação na modalidade pregão, do tipo maior oferta, pregão negativo.
- **Art. 9º** O valor da outorga será pago em 5 (cinco) parcelas anuais iguais, divididas em 12 (doze) prestações mensais iguais, vedado o pagamento de mais de uma prestação por mês, bem como da parcela seguinte antes da quitação da anterior.
- **Art. 10.** O valor da 2ª (segunda) parcela anual em diante será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses fechados, e assim sucessivamente até o vencimento da concessão.
 - Art. 11. Para efeitos do disposto no artigo anterior entende-se por:
- I prorrogação: o simples aditamento da vigência da outorga por prazo não superior a 5 (cinco) anos, mediante aplicação da correção do valor pelo índice fixado para o reajuste anual;
- II renovação: a reavaliação administrativa do valor da outorga sem vinculação ao índice determinado para o reajuste anual, mediante celebração de novo contrato.
- § 1º A prorrogação ou renovação da outorga de que tratam os incisos I e II do *caput* do artigo será precedida de estudos conclusivos realizados por comissão composta por, no mínimo, três servidores nomeada pelo Prefeito Municipal, que contemple, entre outros itens:
- a) a comprovação de adimplemento de todas as obrigações da outorga vigente;
- **b)** a certificação de que os serviços prestados atenderam a média das expectativas da Administração e dos clientes; e



dui

GABINETE DO PREFEITO

Cnpj: 01.310.499/0001-04 - Email: gabinete@claudia.mt.gov.br Av. Gaspar Dutra, s/n - Cep: 78540-000 - Fone: (0xx66) 3546-3100 - Cláudia/MT

- c) a adequação do novo valor da outorga com ênfase na eficiência e eficácia da política pública entabulada na presente Lei, e a vantajosidade da opção por um dos critérios ao invés de nova licitação.
- § 2º A comissão referida no parágrafo anterior funcionará sob supervisão da Procuradoria Geral do Município.
- **Art. 12.** A concessão administrativa de uso outorgada com base nesta Lei restringe-se ao respectivo barração e seu entorno de área útil, conforme delimitado pela Prefeitura, com as especificações constantes do contrato de concessão.
- **Art. 13.** O outorgado fica vinculado às seguintes obrigações e compromissos, totalmente às suas expensas:
 - I Instalação do empreendimento;
 - II Obras de adequação das instalações de sua iniciativa;
 - III Instalação de rede elétrica adequada e seus custos tarifários;
- IV Implantação do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário ambientalmente adequados e seus custos tarifários;
 - V Reparação, conservação e manutenção do imóvel concedido;
- VI opcionalmente o proponente poderá firmar compromisso de geração de emprego.
- **§ 1º** As obras de adequação das instalações de que trata os incisos II e IV somente serão executadas após aprovação do Departamento de Engenharia da Prefeitura.
- **§ 2º** As obras executadas no imóvel por iniciativa da concessionária serão incorporadas ao patrimônio público por acessão, sem direito indenizatório ao concessionário.
- Art. 14. Se houver empate no julgamento das propostas serão adotados os seguintes critérios para o desempate será declarado vencedor o participante com maior tempo de residência comprovada no Município de Cláudia;



Página 4



GABINETE DO PREFEITO

Cnpj: 01.310.499/0001-04 - Email: gabinete@claudia.mt.gov.br Av. Gaspar Dutra, s/n - Cep: 78540-000 - Fone: (0xx66) 3546-3100 - Cláudia/MT

§ 1º Permanecendo empate o(a) pregoeiro(a) negociará incrementos no valor da outorga, em percentual não inferior a 10% (dez por cento) sobre o último maior valor ofertado.

§ 2º Se ainda assim permanecer o empate o(a) pregoeiro(a) negociará a renúncia de quantos interessados seja necessário para resultar um único vencedor.

§ 3º Se frustrada a negociação entabulada nos parágrafos anteriores, o impasse será resolvido por sorteio.

Art. 15. A estruturação do Programa Incubadora de Empresas e Fomento ao Empreendedorismo Dirigido - PROINEC está em harmonia com a Lei Orgânica do Município, em especial o art. 259, inciso II, alínea "h" e art. 273, caput e incisos, e os instrumentos de planejamento estratégico e operacional PPA e LOA.

Parágrafo único. O PROINEC articula-se com o seguinte programa, projeto/atividade, objetivo e caracterização de cada peça do planejamento orçamentário:

I - PPA 2022-2025 - Programas Finalísticos.

Órgão: 09 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Rural **Unidade:** 001 Gabinete do Sec. de Des. Econômico e Rural **Programa:** 0015 Desenvolvimento do Comércio e Turismo

Objetivo: Estimular a geração de renda, por meio da intermediação de mão de obra, incentivo ao empreendedorismo e encaminhamento à qualificação social e profissional, bem como no auxílio a serviços adjacentes a tais fins. Fomentar a empregabilidade, por meio da utilização dos sistemas.

Caracterização: Construção, estruturação e manutenção de incubadoras para empresas.

II - LDO 2024 - Anexo de Metas e Prioridades.

Órgão: 09 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Rural

Unidade Orçamentária: 001 Gabinete do Sec. de Des. Econômico e Rural

Programa: 0015 Desenvolvimento do Comércio e Turismo

Função e Subfunção: 23 Comércio e Serviços

Ação/Descrição: 1046 Construção, Estruturação e Manutenção - Incubadora

de Empresas



Página 5



GABINETE DO PREFEITO

Cnpj: 01.310.499/0001-04 - Email: gabinete@claudia.mt.gov.br Av. Gaspar Dutra, s/n - Cep: 78540-000 - Fone: (0xx66) 3546-3100 - Cláudia/MT

III - LOA 2024 - Quadro de Detalhamento de Despesas.

Órgão: 09 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Rural **Unidade:** 001 Gabinete do Sec. de Des. Econômico e Rural

Programa: 0015 Desenvolvimento do Comércio e Turismo

Projeto/Atividade: 1046 Construção, Estruturação e Manutenção -

Incubadora de Empresas

Caracterização: Construção, estruturação e manutenção de incubadora para

empresas.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.000/2023.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 05 de agosto de 2024.

LUIZ ANSELMO FELDHAUS

Prefeito Municipal em Exercício

